

ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL: UMA BREVE ANÁLISE SOBRE A ATUAL POLÍTICA EDUCACIONAL DO MEC

Debora Cristina Vieira de Simas ¹

RESUMO

Este artigo propõe uma análise do Programa Escola em Tempo Integral, política educacional retomada pelo governo federal brasileiro em 2023, com o propósito de ampliar a jornada escolar para, no mínimo, sete horas diárias, ancorando-se na concepção de educação integral. A iniciativa surge em resposta às profundas desigualdades sociais e educacionais que foram agravadas pelos efeitos da pandemia de Covid-19, impactando de forma mais severa os estudantes em contextos de vulnerabilidade. A partir de uma abordagem qualitativa, a pesquisa se estrutura na análise documental de textos legais, diretrizes ministeriais e produções institucionais, com destaque para os materiais publicados pelo Ministério da Educação (MEC). A fundamentação teórica articula autores como Cavaliere (2007) e Coelho (2019), cujas contribuições sustentam a defesa de uma educação que transcenda a lógica quantitativa do tempo escolar, investindo na construção de experiências formativas significativas, integradoras e socialmente contextualizadas. Os dados evidenciam o investimento de R\$ 4 bilhões no biênio 2023–2024, com a ambiciosa meta de alcançar 3,2 milhões de matrículas em tempo integral até 2026. A análise do desenho do programa revela cinco eixos estruturantes — Ampliar, Formar, Fomentar, Entrelaçar e Acompanhar — que, embora representem avanços no planejamento intersetorial e pedagógico, dependem fortemente do engajamento das redes locais de ensino para que se efetivem como prática educativa que reflita a construção de um estudante em sua integralidade.

Palavras-chave: educação integral, escola em tempo integral, políticas públicas educacionais, desenvolvimento integral.

¹ Doutoranda do Programa de Pós- Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, deborasimas.uff@gmail.com.

